

**HABEAS CORPUS Nº 543.418 - SP (2019/0329937-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)  
**IMPETRANTE** : GUILHERME OLIVEIRA ATENCIO  
**ADVOGADO** : GUILHERME OLIVEIRA ATENCIO - SP0369295  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : LUCAS DUARTE BARBOSA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DECISÃO**

Trata-se de **habeas corpus** substitutivo de recurso próprio, com pedido liminar, impetrado em favor de LUCAS DUARTE BARBOSA, contra v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**, nos autos da apelação criminal n. 0012348-70.2018.8.26.0050.

Depreende-se dos autos que o paciente foi condenado, em primeira instância, às penas de 5 anos e 4 meses de reclusão, em regime inicial **fechado**, mais o pagamento de 13 dias-multa, no valor unitário correspondente ao mínimo legal, como incurso no artigo 157, par. 2º, II, do Código Penal (fls. 23-34).

Inconformada, a defesa interpôs recurso de apelação perante o eg. Tribunal de origem, que, por unanimidade, negou provimento ao apelo defensivo, em v. acórdão assim ementado:

*"Apelação. Crime de roubo majorado pelo concurso de agentes. Sentença condenatória. Recurso da defesa. 1. Quadro probatório suficiente para evidenciar a responsabilidade penal do acusado. 2. Sanção que não comporta reparo. 3. Circunstâncias do caso que justificam o regime inicial fechado para a pena privativa de liberdade. Recurso desprovido" (fl. 17).*

Dai o presente **writ**, onde a impetrante alega, em síntese, a ocorrência de constrangimento ilegal na fixação do regime mais gravoso, em total desacordo com o enunciado das Súmulas nºs 718 e 719 do Supremo Tribunal Federal e 440 desta Corte Superior.

# Superior Tribunal de Justiça

Requer, assim, a concessão da ordem para que seja fixado regime inicial de cumprimento de pena **diverso** do fechado.

O pedido liminar foi **indeferido** às fls. 38-40.

Informações prestadas às fls. 46-47.

O Ministério Público Federal, às fls. 74-75, manifestou-se pela prejudicialidade do **writ**, em parecer sem ementa.

É o relatório.

## **Decido.**

O presente pleito está **prejudicado** em razão da perda superveniente de seu objeto.

Segundo consignado pelo e. representante do **Parquet** Federal, conforme informações prestadas à fl. 47 pela autoridade tida por coatora, "*[...] por r. decisão de 12 de abril de 2019, foi concedida a progressão ao regime semiaberto a Lucas, nos autos da Execução Criminal nº 0014068-47.2018.8.26.0996, em trâmite perante a Unidade Regional de Departamento Estadual de Execução Criminal Deecrim 5ª RAJ Comarca de Presidente Prudente*"

Sob tal contexto, pois, verifico que o presente **writ** perdeu seu objeto.

Ante o exposto, julgo o **habeas corpus** prejudicado.

P. e I

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator